

**DISCURSO, ARQUIVO E VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL:  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO INFORMATIVO “VOZ DO NORTE”****DISCURSO, ARCHIVO Y VIOLENCIA EN LA AMAZONIA LEGAL:  
UN ANÁLISIS DISCURSIVO DEL BOLETÍN “VOZ DO NORTE”**

DOI 10.20873/uft2179-3948.2021v12n1p171-190

João de Deus Leite<sup>1</sup>  
Felipe Gonçalves Carneiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Voltamos nossa atenção ao arquivo religioso “Voz do Norte” com o objetivo de analisar e problematizar o modo de discursivização dos conflitos agrários ocorridos nos anos 80 na região do Bico do Papagaio em territórios da Amazônia legal brasileira. Sob a perspectiva da Análise de Discurso francesa, incursionamos pelas noções de discurso, de arquivo e de memória, de modo a compreender as implicações na (re)produção de sentidos. Tratamos de jogar com a equivocidade do significante linguístico “violência” de maneira a observar o jogo entre controle e deriva de sentidos. Observamos a tentativa de controle de sentidos nas sequências discursivas que analisamos. O arquivo (re)produz uma memória institucionalizada sobre a região da Amazônia Legal.

**Palavras-chave:** Amazônia legal; arquivo religioso; violência.

**Resumen:** Dirigimos nuestra atención al archivo religioso “Voz do Norte” para analizar y problematizar la forma de discurrir los conflictos agrarios ocurridos en la década de 1980 en la región del “Bico do Papagaio” en territorios de la Amazonia legal brasileña. Desde la perspectiva del Análisis del Discurso, abordamos las nociones de discurso, de archivo y de memoria, para comprender las implicaciones en la (re)producción de sentidos. Tratamos de jugar con la equivocidad del significante lingüístico “violencia” para observar el juego entre control y deriva de sentidos. Observamos el intento de controlar los sentidos en las secuencias discursivas que analizamos. El archivo (re)produce una memoria institucionalizada sobre la Amazonia Legal.

**Palabras clave:** Amazonia legal; archivo religioso; violencia.

**Introdução**

Neste artigo, filiados à Análise de Discurso francesa (AD), preconizada por Michel Pêcheux, na França, e por Eni Orlandi, no Brasil, objetivamos analisar e problematizar as

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Araguaína. E-mail: [joaodedeus@mail.uft.edu.br](mailto:joaodedeus@mail.uft.edu.br).

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Língua e Literatura, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Araguaína. E-mail: [felipe.carneiro@ifto.edu.br](mailto:felipe.carneiro@ifto.edu.br).

formulações linguísticas que versam sobre os conflitos agrários na região de abrangência de Tocantinópolis, ocorridos na década de 80. Dada a época, esses acontecimentos de violência sobrevieram no período em que a referida região, ainda, pertencia ao antigo extremo norte goiano. Esses acontecimentos foram discursivizados pelo informativo “Voz do Norte”, sendo este material publicado e vinculado à Diocese de Tocantinópolis. E, desde já, salientamos que, neste artigo, tomamos os documentos que constituem o acervo do informativo pastoral “Voz do Norte” na condição de arquivo religioso.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o cenário rural que protagonizou e testificou os embates político-territoriais se localiza, hoje, no norte do estado do Tocantins. E, atualmente, essa região integra o âmbito territorial da Amazônia Legal. Nesse sentido, convém mencionar que, historicamente, a cidade de Tocantinópolis, antes denominada como Boa Vista, criada no início do século XIX, conformou um núcleo urbano importante e estratégico para a região do antigo extremo norte de Goiás. Antes disso, a cidade de Carolina, localizada no Maranhão, já se figurava como um expressivo centro político e econômico à margem do rio Tocantins.

Na esteira de Leite, Pacífico Filho e Moraes (2020), cumpre ressaltar que a construção da BR-153 (Belém-Brasília) implicou o protagonismo regional de outras cidades, como foi o caso de Araguaína/Tocantins. Essa BR153 foi e é discursivizada como “um corredor viário de relevância nacional” (LEITE, PACÍFICO FILHO e MORAES, 2020, p. 103), acarretando a circulação de bens e de serviços para a região de sua inserção.

Com a exploração do ouro no extremo norte da antiga região goiana, ainda no século XVIII, apareceram as primeiras populações luso-brasileiras nessa região (SILVEIRA, 2009). Desse modo, pontua-nos Silveira (2009, p. 41) que “as primeiras vilas e povoados nasceram nas franjas do rio Tocantins de onde o movimento de povoamento avançou para o oeste em direção às terras do Araguaia”. Nesse contexto, podemos citar as cidades de Filadélfia e de Babaçulândia, que, igualmente, caracterizaram pontos relevantes na dinâmica social, política e econômica da região tocantina.

Ainda sobre a região do norte do Tocantins, a partir dos apontamentos de Silva (2020), encontramos registros que dizem respeito à presença de missionários orionitas, de modo que eles se estabeleceram nessa área a partir do início da década de 1950. Entretanto, cumpre considerar que antes da chegada dos religiosos filiados aos preceitos de Dom Luís Orione, Boa Vista, atual Tocantinópolis, já contava com uma paróquia católica. Com base nessas considerações que estamos mobilizando, podemos dimensionar em que medida a Diocese de

Tocantinópolis aportou e impulsionou o desenvolvimento da região. Esse dimensionamento da presença religiosa que tratamos de projetar aqui, podemos estendê-lo em relação ao período em que a Paróquia Nossa Senhora da Consolação, situada no então distrito de Boa Vista, ainda, pertencia à Diocese de Porto Nacional. Esse fato ocorreu até 1954 e, posteriormente a essa data, a paróquia ficou sob a tutela dos católicos orionitas (SILVA, 2020).

No decurso entre os anos de 1891 a 2018, os autores Junior e Bucar (2020) apresentam informações acerca do surgimento, da consolidação e do desaparecimento de certos veículos de imprensa que circulavam no antigo norte goiano e no atual estado do Tocantins. Assim, tendo em consideração o critério temporal estabelecido na investigação proposta por esses pesquisadores, observamos a menção de “Voz do Norte” como um dos periódicos que foram editados nesse recorte histórico. Na esteira de Palacín (1990), os referidos autores aludem sobre uma guerra civil que se estabeleceu na região do antigo extremo norte de Goiás, conhecida como Bico do Papagaio, no período de 1897 a 1947. Desse modo, temáticas concernentes à violência, aos conflitos armados e ao coronelismo, as quais foram discursivizadas nos periódicos antigos sobre a região, conforme observamos na investigação de Junior e Bucar (2020), possibilitam-nos ponderar em certa medida sobre as tensões político-sociais que ali existiam. Buscando circunstanciar a perspectiva discursiva que nos inscrevemos, a nosso ver, essas informações que são oriundas da imprensa da época conformam a leitura e a interpretação de documentos de arquivo jornalístico, de modo que figuram registros materiais acerca do que se conhece da história dessa parte da região amazônica brasileira.

É preciso esclarecer que não pretendemos realizar nenhum resgate de cunho histórico nem cronológico dos fatos que ocorreram no norte do Tocantins, pois, no âmbito das ciências humanas, já encontram-se disponíveis documentos que trazem um certo efeito de totalidade e de transparência dos contextos e dos acontecimentos que constroem, de certa forma, a linearidade histórica dessa localidade. Na realidade, interessamo-nos pela linguagem em funcionamento a partir da perspectiva discursiva pecheuxtiana e orlandiana. O dispositivo teórico-analítico da AD, em que temos a relação constitutiva entre língua, história e sujeito, permite-nos questionar e problematizar as evidências do efeito de transparência. Na injunção à interpretação, há um efeito ideológico no recobrimento dos acontecimentos, e aqui, citamos, por exemplo, os acontecimentos de violência no campo. Não podemos deixar de mencionar

que a ideologia assujeita o sujeito no processo de interpelação-identificação na produção de sentidos (PÊCHEUX, 2014[1975]).

Portanto, em atenção ao objetivo deste artigo, consideramos significativo caracterizar em que medida tomamos a cidade de Tocantinópolis e o seu entorno. Ademais, consideramos pertinente assinalar o modo como divisamos o impacto, assim como os possíveis desdobramentos, da presença de missionários religiosos, pertencentes à Pequena Obra da Divina Providência, no perímetro geográfico que tratamos de circundar. De modo algum, pretendemos definir nem particularizar os interesses da Igreja Católica na região tocantina, cuja presença se estabeleceu há bastante tempo, desde o Brasil Colônia. Mas, não podemos perder de vista o seu envolvimento nas questões sociais, políticas e econômicas nessa parte da região amazônica que, hoje, conforma o norte do Tocantins.

Nessa conjuntura, tendo em consideração a publicação do boletim “Voz do Norte”, informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis, o nosso entendimento se assenta no fato de que a discursivização de acontecimentos de violência no campo, textualizados por meio da materialidade linguístico-histórica do informativo religioso em questão, traz implicações na própria (re)significação de tais fatos. Nesse sentido, valemo-nos das teorizações de Orlandi (2001) para a compreensão do funcionamento discursivo de objetos simbólicos. Desse modo, é preciso imprimir deferência à instância da circulação, dado que “os ‘meios’ não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (ORLANDI, 2001, p. 11).

A partir dessa perspectiva, permitamo-nos formular o seguinte questionamento: quais os possíveis gestos de interpretação produzidos acerca dos acontecimentos de violência que deflagram os conflitos agrários no âmbito da região de Tocantinópolis, com ancoragem nas formulações linguísticas em circulação no informativo “Voz do Norte”? Essa pergunta se (im)põe, tendo em vista a equivocidade e a incompletude como propriedades constitutivas da linguagem. Nessa medida, interessa-nos jogar com a opacidade dos sintagmas presentes nos documentos do arquivo religioso da Diocese de Tocantinópolis.

Diante das considerações que mobilizamos nesta seção introdutória, ancorando-nos teórica e metodologicamente na AD, objetivamos analisar e problematizar as formulações linguísticas presentes nos documentos do arquivo religioso “Voz do Norte”, com o intuito de jogar com a equivocidade do significante linguístico “violência” na discursivização dos embates políticos-territoriais na região de Tocantinópolis, de modo a observar o jogo entre

controle e deriva (MITTMANN, 2015) nos possíveis gestos de interpretação do arquivo religioso.

Sendo assim, em atenção à presente proposição de investigação, a construção do *corpus* de análise se deu a partir de recortes que realizamos dos informativos que constituem o arquivo religioso da Diocese de Tocantinópolis, que, por sua vez, tiveram circulação na década de 1980. Na seção destinada às nossas considerações analíticas, que compõem o nosso mo(vi)mento de produção de gestos de interpretação, esses recortes estão apresentados em sequências discursivas (SD). Consideremos, na seção subsequente, a nossa incursão pelo campo discursivo de nossa filiação.

### **1 Discurso, arquivo e memória: das noções às implicações na (re)produção de sentidos**

Nesta seção, buscamos tecer algumas considerações concernentes à teoria materialista dos processos discursivos, de modo a possibilitar-nos lançar luz às formulações linguísticas dos documentos que conformam o arquivo religioso “Voz do Norte”, da Diocese de Tocantinópolis. Portanto, interessa-nos as noções de discurso, de arquivo e de memória, bem como as suas implicações para a compreensão da (re)produção de sentidos. E consideramos importante reiterar que nos valemos da relação constitutiva entre língua e história, tendo em vista o prisma discursivo que pretendemos incursionar.

Faz-se necessário ponderar que a noção de língua que mobilizamos se aparta da perspectiva que versa sobre a imanência de sentidos, na medida em que a tomamos como a “base material a partir da qual se desenvolvem os processos discursivos” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016[1979], p. 109). Ao nos distanciarmos desse viés que trata do imanente, passamos a assumir a noção que considera a exterioridade como constitutiva. Dito isso, filiamo-nos à posição epistemológica a qual tematiza que os sentidos se constituem na e pela historicidade, de modo que eles necessitam de uma base material de linguagem para o seu escoamento evanescente.

Na sequência, consideramos conveniente pontuar a respeito da noção de história. Assim, dado o enfoque discursivo assumido, ela não é vista como contexto nem como uma série de acontecimentos dispostos numa esteira linear. A AD possibilita-nos lançar uma reflexão que cerne ao modo das condições materiais de existência da própria história, considerando que o “homem faz história, mas a história não lhe é transparente” (ORLANDI, 2012, p. 135). Com base na assertiva orlandiana sobre a história, vemo-la a partir de uma instância que é fruto de

um gesto de interpretação. E não podemos deixar de frisar a relação da língua com o equívoco e com a incompletude. Ferreira (2003, p. 191) nos esclarece que:

na teoria do discurso da corrente francesa, o conceito de história faz parte da ordem do discurso e isso já impõe uma diferença [...]. A história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar [...]. A noção derivada de história e que está mais próxima da Análise do Discurso é a de *historicidade* que tem a ver precisamente com a inscrição da história na língua. Nessa perspectiva, a exterioridade não tem a objetividade empírica daquilo que está “fora da linguagem”, pois constitui-se no próprio trabalho dos sentidos atuando em determinados textos, enquanto discursos. (FERREIRA, 2003, p. 191, grifo da autora).

A partir do fragmento que apresentamos anteriormente, recortamos um trecho que, a nosso ver, consideramo-lo pertinente e ajuda-nos a dimensionar o que estamos tratando de circunstanciar nesta seção teórica, a saber: “A história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar” (FERREIRA, 2003, p. 191. Na oportunidade, queremos assinalar que não tomamos o termo “discurso” como sinônimo de “fala”. Referimo-nos, portanto, ao objeto de estudo da AD. Em 1969, Pêcheux (2014[1969]) realiza um trabalho de elaboração teórica e conceitual desse objeto, por meio do qual ele circunscreve e postula o que é discurso a partir do esquema comunicacional jakobsoniano.

Pêcheux (2014[1969]) não coaduna com a noção de transmissão de informação, em que se deflagra a possibilidade de uma relação unívoca com a linguagem, na perspectiva de que os sentidos são imanentes à base material linguística. Nessa esteira, Orlandi (2015, p. 20) tematiza o objeto da AD como “efeito de sentidos entre locutores”. A noção de discurso cunhada por Pêcheux (2014[1969]) recebe consistência e adensamento a partir de variáveis estruturais de condições de produção de discurso, que resvalam na própria produção desse efeito. Assim sendo, essa noção de discurso, tendo a opacidade da linguagem como constitutiva, torna-se, nesse sentido, o axioma de base da AD.

Seguindo com os nossos apontamentos, na obra *Materialidades Discursivas*, referente ao colóquio realizado em 1980, Pêcheux (2016[1980], p. 287) assinala que “nas tradições históricas, marxistas ou não, há uma dificuldade concernente à linguagem”, de modo que “para um historiador, há processos históricos ‘reais’, e o resto são palavras” (PÊCHEUX, 2016[1980], p. 287). Neste momento, assentados no que tematiza o referido autor, algumas perguntas se (im)põem, quais sejam: (1) Quais ponderações o prisma discursivo que nos inscrevemos lança ao tratamento de leitura e de interpretação de documentos de arquivo? (2) Quais possíveis implicações no processo de (re)significação? (3) Como nos situar, teórica e analiticamente, frente ao arquivo religioso que buscamos analisar e problematizar? Sobre

esses questionamentos formulados, refleti-los-emos a partir das considerações de Pêcheux (2014[1982]), de Mittmann (2014; 2015) e de Guilhaumou e Maldidier (2016[1986]).

É importante pontuar que não estamos questionando a necessidade do sujeito na construção do efeito de completude e de totalidade dos sentidos. Contudo, enfocamos, em nossa reflexão, o fato de que a própria constituição epistemológica de objetos de uma ciência, considerando o trabalho de interpretação de um acontecimento em si, ou, o resultado de uma solução, por exemplo, devemos considerar que há (e haverá) uma relação intrínseca com o equívoco.

Orlandi (2001) menciona sobre três planos que compõem o discurso, quais sejam: constituição, formulação e circulação. O plano da constituição, a partir da memória do dizer, configura o interdiscurso, referente aos efeitos oriundos das condições sócio-históricas e ideológicas. O plano da formulação se ocupa da instância da materialização do discurso-transverso, isto é, configura o intradiscurso. O da circulação concerne a certas conjunturas e a determinadas condições, que, por sua vez, fazem com que os sentidos circulem. No tocante a este último, podemos pensar acerca dos sentidos em circulação no informativo “Voz do Norte” sobre os conflitos agrários no perímetro da região de Tocantinópolis.

Desse modo, com o intuito de dar decorrências ao escopo de nossa investigação, vamos pensar acerca do processo de discursivização de acontecimentos de violência no campo, em atenção às formulações linguísticas de nosso arquivo religioso. Assim sendo, acerca do processo de produção de sentidos, Pêcheux (2014[1975], p. 240, grifo do autor) esclarece-nos que, “[n]a verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por *uma região* do interdiscurso”. Essa região do interdiscurso trata-se, portanto, da memória discursiva, de modo que ela é (re)atualizada, o que permite ao sujeito interpretante o recobrimento do sentido por meio da materialidade linguística. Apresentamos, a seguir, uma das elaborações de Pêcheux (2006[1983], p. 54) sobre memória discursiva, vejamos:

discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. (PÊCHEUX, 2015[1983], p. 54).

Consideramos importante marcar que a memória discursiva não se refere à lembrança, numa perspectiva psicológica, mas, sim, como uma rede de implícitos, de modo que ela é (re)acionada na formulação do dizer. Contudo, essa rede não é concebida de forma estanque



nem estável, pois há um jogo de força na memória frente ao acontecimento, o qual provoca em certa medida a (des)regularização dessa rede de implícitos (PÊCHEUX, 2015b[1983]).

Valemos do ensejo para refletirmos sobre a prática discursiva de textualização dos acontecimentos de violência no informativo “Voz do Norte”. Pêcheux (2014[1975], p. 197) assinala que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”. Por conseguinte, dada a inscrição do sujeito do discurso na formação discursiva dominante (forma-sujeito), sendo a formação discursiva que o assujeita, e a tomamos a partir de sua constituição heterogênea, podemos mencionar que no processo de metaforização do acontecimento, a depender da constituição do sujeito interpretante, há diferentes modos de subjetivação. Ou seja, há diferentes materialidades discursivas para a linearização do dizer, que, por sua vez, conforma o plano do intradiscurso.

É nessa perspectiva que compreendemos a questão do efeito de evidência no processo de produção de sentidos em termos de discursivização dos conflitos agrários na região amazônica pelo informativo religioso. Sendo assim, em face dessas questões que estamos mobilizando, entendemos há sentidos que escapam ao registro da materialidade simbólica presente na “Voz do Norte”, visto que o próprio ato de o sujeito discursivizar (textualizar) implica, indubitavelmente, o apagamento de possibilidades outras de significação.

Para avançarmos com as nossas considerações, permitamo-nos, neste momento, rumar a algumas reflexões sobre arquivo. Fá-lo-emos com ancoragem na perspectiva discursiva de entremeio. Estamos interessados, sobretudo, em circunstanciar o modo como concebemos o arquivo e, por conseguinte, a constituição do *corpus* a partir de dele. Conforme já pontuamos a respeito da noção de história, o campo discursivo outorga-lhe uma distinta configuração conceitual, visto que a própria questão da construção do objeto dessa área em questão se orienta, por exemplo, no tratamento e na leitura de arquivos, definido por Pêcheux (2014[1982], p. 59) como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Em linhas gerais, compreendemos que o processo de registro histórico se opera mediante um mecanismo interpretativo. O próprio acontecimento de linguagem reclama esse movimento de interpretação, que, por sua vez, concerne a um recobrimento que é da ordem da discursivização. Na tentativa de construção de uma linearidade histórica, a nosso ver, estabelece-se um suposto efeito de unidade frente aos acontecimentos. Entretanto, embora haja essa suposta completude de sentidos, há algo que não é apreendido na instância da discursivização, que configura a esfera do inenarrável.



A natureza do arquivo em análise é relevante para tematizarmos, sob o funcionamento da opacidade da linguagem, a memória institucionalizada sobre os conflitos agrários nesses territórios mencionados anteriormente. A memória segue produzindo efeitos no tempo presente, ainda que ela nos demande um trabalho de arquivo, buscando jogar com o binômio unidade-dispersão de sentidos. De acordo com Mariani, Leite e Silva (2021), esse movimento de retomada do passado produz outros efeitos no campo dos sentidos, quando consideramos as formas materiais de a historicidade funcionar. Vejamos, a seguir, as próprias palavras das referidas autoras:

Discursivamente, compreendemos, portanto, que toda revisitação ao passado produz movimentos no campo dos sentidos, nos modos de se compreender o próprio passado, o presente e o futuro, atualizando sentidos e silenciando (ORLANDI, 2015 [1990]) outros no processo de significação. Isto porque, de acordo com Robin (2016, p. 31), “o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente”. (MARIANI, LEITE e SILVA, 2021, p. 31-32)

No processo de tratamento e de leitura de textos de arquivo, compreendemos que os gestos de interpretação efetuados sobre tais documentos estão ancorados sob o efeito de literalidade, ou seja, de transparência, dado o próprio mecanismo de funcionamento da memória discursiva na produção de sentidos. É o discurso-outro que se presentifica, cuja constituição é da ordem de uma “pluralidade contraditória de filiações históricas” (PÊCHEUX, 2015a[1983], p. 54).

O fato de ler e de interpretar os documentos de arquivo, em essência, constitui uma prática discursiva. Ora, a produção de significação refere-se a uma instância de ordem ideológica. E o sujeito, em seu movimento interpretativo de documentos de arquivo, para a construção do suposto efeito de evidência, inscreve-se na historicidade. Vale ressaltar que não estamos tratando do sujeito empirista, senão do sujeito do discurso. Além do mais, acerca desse mecanismo de interpelação-identificação, é importante assinalar o “reconhecimento de que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

No ensejo, de modo a alinhar os nossos apontamentos sobre discurso, arquivo e memória a partir da perspectiva discursiva, consideramos infundáveis as possibilidades de se ler e de interpretar os documentos de arquivo. O quadro sugere ponderações, pois, de fato, são sentidos que se movem, atualizam-se, (re)estruturam-se e (re)organizam-se na irrupção do discurso. A seguir, apresentamos uma passagem com as considerações de Guilhaumou e Maldidier (2016[1986]) que vai ao encontro do que estamos mobilizando, vejamos:

A Análise de Discurso clássica recortava seu *corpus* de um arquivo que tinha como origem séries textuais impressas, já compiladas e analisadas pelos historiadores. Quando nos interessávamos pela sua materialidade, nós a tomávamos como uma evidência. *Nossa abordagem atual considera a complexidade do fato arquivístico. O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco.* Todo arquivo, sobretudo manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de um selo de uma instituição etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Para nós, essa identificação, essencialmente institucional, é insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016[1986], p. 115 e 116, grifo nosso).

Como podemos observar no excerto anterior, é preciso tomar o arquivo tendo em vista o seu funcionamento opaco. Ora, no processo de construção de unidade de fatos históricos a partir da leitura de textos de arquivo, em que este, também, é considerado pela perspectiva empírica, sob a ilusão de unicidade, entendemos que não se permite conferir apreço aos possíveis pontos de deriva no movimento de significação. Por conseguinte, dada a circunstância apresentada, mantém-se a regularidade de sentidos, configurando certa rede de implícitos. Podemos, então, afirmar que daí se efetua a construção de uma memória de arquivo, na medida em que se cristalizam sentidos, de forma a configurar uma memória institucionalizada. Nas palavras de Orlandi (2017, p. 25), “a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos”.

Com essa perspectiva, podemos notar que esse efeito de unicidade na (re)produção de sentidos institucionalizados, procedentes do tratamento e da leitura de arquivos, promove a seu turno determinados apagamentos de (im)possíveis sentidos outros. Nessa medida, lançamos os seguintes questionamentos, quais sejam: (1) que sentido(s) acerca dos embates político-territoriais na região de Tocantinópolis o arquivo religioso “Voz do Norte” (re)produz? (2) Quais efeitos de sentido são possíveis de engendramento a partir da memória discursiva (lacunar) no movimento de leitura-interpretação desse arquivo religioso? Os autores Guilhaumou e Maldidier (2016[1986]) ajudam-nos a validar esses questionamentos por meio da seguinte passagem, a saber:

[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016[1986], p. 116).

No texto *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux (2014[1982]) tematiza sobre a divisão social do trabalho de leitura. O referido autor apresenta-nos duas vertentes culturais na leitura de arquivos, a saber: a “literária” e a “científica”. Esses dois panoramas, de acordo com Pêcheux

(2014[1982]) sobre o tratamento e a leitura do arquivo, desconsideram a língua como materialidade linguístico-histórica. Com base nessa questão, Pêcheux (2014[1982]) tece considerações sobre a possibilidade de se jogar, discursivamente, com a sintaxe da língua. E reiteramos aqui que não perdemos de vista a constituição equívoca do significante linguístico. Vejamos, em seguida, essas considerações nas próprias palavras de Pêcheux (2014[1982]):

[...] se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse “jogo”, quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história. É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 2014[1982], p. 66, grifos do autor).

Com bases nesses postulados, interessa-nos, portanto, estabelecer um jogo discursivo com a equivocidade do significante linguístico “violência”, na medida em que este é mobilizado na discursivização dos embates políticos-territoriais na região de Tocantinópolis. E endossamos o fato de que não concebemos o arquivo na perspectiva empírica. Conforme nos assinala Orlandi (1995), na esteira discursiva, tendo em vista a noção de discurso e de texto, e as implicações no processo de produção de sentidos, o texto é compreendido a partir de sua incompletude, de modo que ele não é concebido como uma unidade fechada. A seguir, mobilizamos as teorizações de Pêcheux (2014[1982]) que versam sobre o arquivo, vejamos:

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. [...] tomar concretamente partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos*, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho. Isso supõe *também* construir procedimentos [...] [para] a pluralidade dos *gestos de leitura* que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos. (PÊCHEUX, 2014[1982], p. 67, grifos do autor).

As considerações que estamos mobilizando dimensionam e alicerçam o modo pelo qual apreendemos o arquivo religioso. É por esse panorama que concebemos os documentos textuais da “Voz do Norte”. Neste momento, convidamos Mittmann (2015) para compor a nossa seção teórica, pois estamos interessados em observar o jogo entre controle e deriva, dado os possíveis gestos de interpretação do arquivo religioso da Diocese de Tocantinópolis. A referida autora esclarece-nos que tomar o arquivo, como noção teórica, possibilita o surgimento de novos objetos, e aqui referimo-nos ao objeto da AD. Assim sendo, de modo a

lançar luz ao jogo de controle e deriva, Mittmann (2015) articula a noção de formação discursiva, de memória discursiva e de interdiscurso e pontua a seguinte assertiva, qual seja:

[Há] um jogo de forças que atua, por um lado, nas bordas do arquivo selecionando o que pode ou deve entrar e excluindo o que não pode ou não deve entrar e, por outro lado, numa articulação interna que funciona sob a forma de desnivelamentos, sobreposições e também de reacomodações daquilo que entra. Desta forma, consideramos que o arquivo não se constitui apenas dos elementos que ele já contém, mas também dos que pode vir a conter, oportunamente, a partir de forças que buscam impor a entrada do que ficou de fora e da resignificação daquilo que forçou passagem e entrou, levando ao efeito de naturalização e de estabilidade. E ainda é preciso considerar que o que fica de fora do arquivo ressoa em sua ausência-presença. Ou seja, a concepção de arquivo aqui é tomada em toda sua dinamicidade, contradição, resistência e furo. (MITTMANN, 2015, p. 352).

Nessa medida, com ancoragem nas considerações de Mittmann (2015), e dado o modo como a autora fez operar o movimento de contenção e de deriva com base no morfema “luta”, a nosso turno, interessamo-nos efetuar gestos de interpretação a partir da formulação do significante linguístico “violência” em circulação no arquivo religioso. Assim sendo, tendo em visto o jogo discursivo de nosso interesse, de maneira a entrever os efeitos de controle na formulação e os efeitos de deriva que ela engendra, apresentamos, na próxima seção, as sequências discursivas e os gestos de interpretação que operamos nas nossas considerações analíticas.

## **2 Contenção e deriva de sentidos no arquivo religioso: a violência na “Voz do Norte”**

Esta seção contempla os nossos gestos de interpretação frente às formulações linguísticas que recortamos do arquivo religioso “Voz do Norte”. Conforme pontuamos anteriormente, dado o nosso interesse no significante linguístico “violência” em circulação no informativo da Diocese de Tocantinópolis, enfocamos a ocorrência do referido significante linguístico na significação (metaforização) dos acontecimentos de violência no antigo extremo norte goiano. Esse foi o critério estabelecido, em termos de procedimento metodológico, para a constituição do nosso *corpus* de análise. Assim sendo, a partir dos documentos do arquivo religioso “Voz do Norte”, delimitamo-nos a seção Pastoral da Terra do informativo em questão, cuja publicação consta a seguinte informação, a saber: “Sítio Novo, 6 de junho de 1984”. O município de Sítio Novo localiza-se no âmbito da região conhecida como Bico do Papagaio, que está distante cerca de 120km de Tocantinópolis.

A partir desse recorte, que conforma a nossa unidade discursiva de análise, mobilizamos as sequências discursivas (SD) para entrever os (im)possíveis deslizamentos de sentidos com ancoragem no significante linguístico “violência”. Cumpre considerar que não coadunamos

com a perspectiva de fechamento pleno da significação. Assentamo-nos na perspectiva teórico-analítica em que a equivocidade do significante possibilita o escoamento evanescente dos sentidos. Estamos interessados no jogo entre controle e deriva de sentidos que se presentifica no recorte oriundo do acervo informativo do arquivo religioso. Entendemos que na prática discursiva de significação e de textualização dos embates político-territoriais, ou seja, no processo de metaforização dos conflitos agrários na região de abrangência de Tocantinópolis, ocorridos na década de 80, há uma tentativa de controle da dispersão de sentidos de modo a estabelecer a unicidade.

Entretanto, dada a equivocidade da materialidade simbólica, a contenção plena de sentidos é da ordem da impossibilidade. O arquivo religioso é concebido a partir de sua incompletude; sendo assim, no batimento entre descrição e interpretação, tratamos de entrever em que medida os possíveis efeitos de controle se dão, na tentativa de recobrimento dos acontecimentos de violência por meio da materialidade linguística, bem como os efeitos de deriva com as sequências mobilizadas para o nosso trabalho de análise. Consideremos, a seguir, as primeiras SDs desta seção:

**SD1:** SINDICALISTAS DENUNCIAM MAIS VIOLÊNCIAS NO BICO DO PAPAGUAIO.

**SD2:** *“Reforma Agrária Já é a nossa luta!” Com esta afirmação decidida, a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio encerra a extensa denúncia das violências que a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores daquela conflagrada região do Norte goiano. Qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade compreenderá, ao ler este documento, por que os trabalhadores rurais vêm lutando, com todas as suas forças, pela Reforma Agrária. E se saberá, também, por que é uma obrigação moral, hoje, apoiar esta luta.*

A SD1 e a SD2 referem-se, respectivamente, ao título e à primeira parte da notícia, em que há a sumarização dos acontecimentos que são narrados na sequência textual do informativo. Na SD1, formulação concernente ao título, encontramos pontos de deriva que abrem à dispersão. Entretanto, os possíveis sentidos são arregimentados e direcionados a partir da SD2 de modo a produzir um efeito de controle da significação. Detemo-nos, inicialmente, nos sintagmas presentes na SD1. O significante linguístico “violências” está sendo quantificado por meio do sintagma adverbial “mais”. Na conjunção desses elementos linguísticos na formulação que intitula o informativo, produz-se um efeito de pressuposição de modo que resvala na recorrência de acontecimentos de violência na referida região. No âmbito desse efeito de sentido, é possível conjecturar que se não configura a primeira ocorrência de violência no “Bico do Papagaio”. A partir do plano intradiscursivo da SD1,

podemos dizer que há a (re)produção de uma memória institucionalizada sobre o fato de o “Bico do Papagaio” ser caracterizado como violento.

A respeito dos pontos de deriva que comentamos no parágrafo anterior, em que temos o deslizamento de sentidos dada a equivocidade constitutiva da materialidade simbólica, perguntamo-nos: em que medida se dá o entendimento do significante “violências”? Tratar-se-ia de assassinatos, de roubos, de agressões, de sequestros, de desacatos, etc., que aconteceram no antigo extremo norte de Goiás? Na esteira da AD, observamos a possibilidade do atravessamento de múltiplos sentidos pelo fio intradiscursivo em questão. Além disso, outros questionamentos se (im)põem, quais sejam: quem são os agentes promotores de “mais violências” que os “sindicalistas denunciam”? Que grupo social esses “sindicalistas” representam? Tendo em vista o fato de que há os possíveis algozes desses acontecimentos de violência, quem são os oprimidos? Seriam os próprios “sindicalistas” as vítimas de tais episódios violentos? Com base no prisma discursivo de nossa filiação, notamos que, dado o funcionamento da memória discursiva na (re)produção de sentidos, em que o sujeito se inscreve na rede contraditória de filiações históricas, não é possível haver o controle da dispersão de sentidos com base na formulação da SD1.

Na sequência, vejamos em que medida se dá o direcionamento e a movência de sentidos com ancoragem na SD2, de modo a estabelecer uma tentativa de contenção da significação. Nesse momento, podemos verificar a construção de unidade na instância do recobrimento dos acontecimentos de violência por meio do corpo linguístico da segunda sequência. Algumas das perguntas que tratamos de formular no parágrafo anterior que versam sobre a SD1 são supostamente tamponadas. Instala-se o efeito de controle de sentidos em torno do significante linguístico “violências”. Vejamos que, de início, a partir da formulação “Reforma Agrária Já”, que se encontra em relevo no documento original, deixa deflagrar certas possibilidades de sentido acerca da intensidade dos embates político-territoriais no âmbito da Diocese de Tocantinópolis. No batimento entre a formulação da SD1 com o recorte “a Polícia, a serviço dos grileiros”, que consta na SD2, produz o efeito de contenção acerca dos possíveis agentes promotores de “mais violências” (SD1).

Contudo, embora haja o suposto tamponamento acerca dos promotores, a deriva, ainda, se inscreve. Tratar-se-ia de qual “Polícia”, civil ou militar? Quem seriam esses servidores do antigo estado de Goiás? Quem seriam os supostos “grileiros”? Chama-nos a atenção que o sintagma nominal “Polícia” apresenta- com o caractere inicial capitular. Dessa formulação, podemos aventar um efeito de indignação por parte da Diocese em textualizar o



referido acontecimento de violência, dado que a “Polícia”, responsável pela segurança pública, por preservar a ordem e por proteger os cidadãos, são aqueles que promovem “mais violência”, de acordo com o intradiscorso da SD2. É possível outra leitura sobre a “Polícia”, vejamos: essa escrita capitular metaforizaria o fato de a Diocese de Tocantinópolis conhecer, nominalmente, autores de tais atos, ou seja, os agentes públicos da corporação policial que promoveram “mais violência”? Enfim, em que medida se opera a relação delituosa entre a “Polícia” e os “grileiros”?

A deriva de sentidos sobre os que padecem desses acontecimentos de violência na zona rural do Pico do Papagaio, que se instala na SD1, conforme pontuamos, é supostamente controlada pela SD2, tendo em consideração a ocorrência dos sintagmas “lavadores” e “trabalhadores rurais”, que, por sua vez, estabelecem uma relação sinonímica. Também, encontramos ressonância entre as duas SDs na produção de efeito de temporalidade a partir do batimento entre “mais” (SD1) e “continua cometendo” (SD2). A nosso ver, essas formulações do arquivo produzem um efeito de assiduidade dos acontecimentos de violência “contra os lavadores” (SD2). Na materialidade intradiscursiva dessa sequência, com base no trecho “é uma obrigação moral, hoje, apoiar esta luta [Reforma Agrária]”, notamos o envolvimento da instituição religiosa em questões de ordem social, política e econômica na região do Bico do Papagaio, em que se deflagra uma tomada de posição frente aos acontecimentos de violência. Nessa medida, verificamos por meio do arquivo religioso o posicionamento da Diocese em defesa dos que sofrem repressão, circunstanciados na SD2. Consideremos, a seguir, a SD3:

**SD3:** No dia 20 de dezembro de 1983, o Delegado de Polícia Militar do município de Augustinópolis, Sr. Augusto, intimou 15 lavradores do povoado de Centro do Firmino. Estes lavradores estavam sendo acusados de invasores das terras do grileiro Dr. Meneses. No dia 15 de janeiro de 1984, o mesmo Delegado invadiu reunião desses lavradores, para dizer: “Violência gera violência! Se vocês não estão de acordo com as leis de agora porque elas protegem os ricos, pois então procurem eleger uma pessoa que possa fazer leis a favor de vocês, os pobres. Estou aqui para defender as leis que existem hoje. Por isso, escutem bem: deixem de invadir as propriedades alheias! Mandem na frente quem está mandando vocês entrar nas terras dos fazendeiros. Quem ainda for invadir terra, tome muito cuidado, tome muito cuidado... eu sou o Delegado!”. No dia 21 de janeiro de 1984, vários pistoleiros do Dr. Meneses dispararam tiros contra três lavradores. Até hoje estes pistoleiros não foram punidos. Continuam soltos!

Na terceira SD, podemos observar por meio das formulações concernentes às datas, que são: “20 de dezembro de 1983”, “15 de janeiro de 1984” e “21 de janeiro de 1984”, o efeito de temporalidade que se encontrava à deriva (SD1 e SD2), ou seja, no âmbito da dispersão, é direcionada a uma certa linearidade temporal, conforme as formulações citadas.



Com base na materialidade da SD3, podemos observar que o suposto tamponamento acerca dos agentes promotores de “mais violências” (SD1), em que identificamos possíveis pontos de deriva na formulação “a Polícia, a serviço dos grileiros” (SD1), encontra-se sob efeito de controle de sentidos no que tange aos algozes, a partir das formulações da SD3 que são: “grileiro Dr. Meneses”, “ricos”, “fazendeiros” “pistoleiros do Dr. Meneses” e “Sr. Augusto [Delegado]”. Entretanto, é possível aventar a hipótese de que a participação do “Sr. Augusto [Delegado]” é relativizada quando este formula que “Estou aqui para defender as leis que existem” (SD3). Chama-nos a atenção o modo como se dá a discursivização dos agentes promotores de “mais violências” (SD1) por parte do arquivo religioso e por parte do “Sr. Augusto [Delegado]” (SD3). Este utiliza os referentes “fazendeiros”, “ricos”; e esse os referentes “pistoleiros”, “pistoleiros do Dr. Meneses”, “grileiro Dr. Meneses”.

Em atenção ao significante linguístico “violência”, dada as formulações presentes no SD3, pudemos observar que a equivocidade dessa materialidade possibilitou o assentamento de vários sentidos outros. Permitamo-nos retomar a formulação realizada, anteriormente, em nosso mo(vi)mento de análise, a saber: em que medida se dá o entendimento do significante “violência(s)”? As conjecturas que havíamos feito, de modo a jogar com a propriedade opaca do significante em tela, em certa medida, são “reacomodadas” (MITTMANN, 2015) a partir das formulações presentes na SD3 do arquivo, quais sejam: “invasores de terras”, “invadiu reunião”, “entrar nas terras”, “pistoleiros”, “dispararam tiros”, “tome cuidado”, “não foram punidos”. No batimento desses sintagmas que recortamos, ou de alguns deles, com o significante “violência”, a memória discursiva, em funcionamento na (re)produção de sentidos, dimensiona em que medida a violência passa a ser significada. À luz dessas colocações, consideramos possível agenciar sentidos em torno da formulação “Violência gera violência!” (SD3).

Outrora, formulamos uma questão que, a nosso ver, os sentidos encontravam-se à deriva, o que produziria o vazamento de diferentes sentidos. Trata-se da possível relação delituosa entre a “Polícia” e os “grileiros” que problematizamos quando da análise da SD1. Encontramos alguns sintagmas na SD3 que engendram certos direcionamentos sobre esse ponto no batimento entre eles, vejamos: “lavradores sendo acusados”, “as leis de agora [...] protegem os ricos”, “terras dos fazendeiros”, “pistoleiros não foram punidos”. Ainda a respeito da SD3, observamos que a materialidade intradiscursiva “Bico do Papagaio” (SD1) é significada como “conflagrada região do Norte goiano” (SD2), e passa a ser circunstanciada geograficamente por “município de Tocantinópolis” e “povoado de Centro do Firmino”,

formulações presentes na SD3. Vejamos, a seguir, a quarta e última sequência discursiva da presente seção analítica.

**SD4:** Em abril deste ano, o Delegado de Augustinópolis, Bel. Josué Amorim, intimou quatro lavradores do povoado de Sampaio. Trata-se de uma questão de terra que o Sr. Leonor está grilando. Os posseiros moram e trabalham nesta terra há mais de cinco anos. No dia 30 de maio passado, o mesmo Delegado intimou do mesmo povoado mais de nove lavradores para tratar de questão da terra. Desta vez é o sr. Valdeci que está criando toda a violência, ao querer grilar uma área de terra dos posseiros. Os policiais receberam os lavradores com ameaças de surra e acusações de serem invasores. O Delegado, durante a audiência, forçou os trabalhadores a assinarem um documento de conteúdo desconhecido. Por fim, o Delegado proibiu os lavradores de voltarem para as suas terras e trabalharem.

Na SD4, com o apoio das materialidades “Em abril deste ano” e “No dia 30 de maio”, observamos que a continuidade da construção do efeito de temporalidade que mencionamos no gesto de interpretação que efetuamos na análise da SD anterior. Tendo em conta a centralidade de nosso enfoque, observamos que a equivocidade do significante linguístico “violência”, no presente recorte, “está criando toda a violência” (SD4), produz um efeito de hiperonímia com relação às formulações “intimou”, “ameaças de surra”, “acusações”, “O Delegado [...] forçou os trabalhadores a assinarem um documento” e “o Delegado proibiu os lavradores de voltarem para as suas terras e trabalhos”. Apresentamos o efeito de contenção de sentidos frente ao modo como a “violência” está sendo significada na última SD. Contudo, não podemos perder de vista que a memória discursiva, a depender das redes de filiação do sujeito interpretante do documento de arquivo, por exemplo, poderá operar diferentes efeitos de sentido sobre as formulações citadas. Não há controle sobre a deriva de sentidos.

Nos anteriores gestos de interpretação, deparamo-nos com formulações que davam direcionamentos aos possíveis agentes promotores dos acontecimentos de violência nessa região da Amazônia Legal. Novamente, encontramos materialidades na SD4 que produzem efeitos de contenção que tratam de agenciar os sentidos à deriva. São elas: “o Delegado de Augustinópolis, Bel. Josué Amorim”, “o Sr. Leonor está grilando” e “é o sr. Valdeci que está criando toda a violência”. Com o alicerce da última SD, ao efetuarmos o batimento entre as formulações “Reforma Agrária Já” (SD2), “Os posseiros moram e trabalham nesta terra há mais de cinco anos” e as demais materialidades intradiscursivas das SD2, SD3 e SD4, que são abarcadas pela opacidade do significante linguístico “violência”, o arquivo religioso deixa flagrar a natureza e a complexidade dos conflitos agrários ocorridos no extremo norte goiano na década de 80.

### 3 Considerações finais

No decorrer deste artigo, voltamo-nos para as formulações linguísticas presentes no arquivo religioso “Voz do Norte”, da Diocese de Tocantinópolis, que tratam sobre os conflitos agrários que ocorreram nos anos 80. Hoje, a região que testemunhou os embates político-territoriais entre grileiros e posseiros se localiza no extremo norte do Tocantins. A região continua sendo conhecida como Bico do Papagaio. Desse modo, filiados à perspectiva discursiva de Pêcheux e de Orlandi, propusemo-nos em analisar e problematizar os acontecimentos de violência que foram discursivizados pelos documentos que constituem o acervo do informativo “Voz do Norte”. E esses documentos foram concebidos na condição de arquivo religioso.

Na construção de nosso dispositivo teórico, incursionamos um trajeto pelo campo epistemológico da AD, em que buscamos dialogar com as noções de discurso, de arquivo e de memória, de modo a subsidiar a nossa proposta de investigação. Sendo assim, com o alicerce da perspectiva discursiva, tratamos de tecer considerações sobre o processo de tratamento e de leitura de textos de arquivo, de circunstanciar em que medida concebemos o arquivo religioso de Tocantinópolis, e as implicações dessas noções que foram mobilizadas no processo de (re)produção de sentidos.

Em nossos gestos de interpretação, ancoramo-nos no significante linguístico “violência” de modo a jogar, discursivamente, com a sua opacidade. A partir da constituição do *corpus* analítico, que conforma a nossa unidade discursiva, recortamos as sequências discursivas de maneira a estabelecer o jogo entre controle e deriva de sentidos. Nas considerações analíticas, observamos que o significante “violência” se encontrava à deriva, em que a sua opacidade dava vazão a muitos sentidos. No batimento com as demais sequências discursivas, observamos um certo efeito de contenção de sentidos em torno do significante “violência”.

Embora o enfoque estivesse voltado para a equivocidade do significante “violência”, no jogo entre controle e deriva, pudemos entrever a movência de sentidos por meio das demais materialidades presentes nas sequências discursivas recortadas. Na discursivização dos acontecimentos de violência, observamos a tentativa de controle de sentidos, de maneira a estabelecer a unidade. Contudo, a memória discursiva produz dispersão.

Controle e deriva se imbricam na materialidade linguística do arquivo religioso “Voz do Norte”. Ademais, observamos que o arquivo religioso (re)produz uma memória institucionalizada acerca da região do Bico do Papagaio, em que a vemos como violenta, com

constantes embates político-territoriais entre posseiros e grileiros. E como estará essa parte da Amazônia Legal que hoje conforma o norte do estado do Tocantins?

### Referências

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. *Organon*, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Breve crítica para uma longa história. In: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2016[1979].

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2016[1986].

JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças Porto; BUCAR, Ruy Alberto Pereira. Jornais do norte de Goiás: leituras do passado e possibilidades de escrita da história. *Revista Humanidades e Inovação*, v.7, n.3, 2020.

LEITE, João de Deus; PACÍFICO FILHO, Miguel; MORAES, Izabel Oliveira de. Praça das Nações e Parque Ecológico Cimba em Araguaína/TO: espaços públicos na Amazônia legal. *Revista Cerrados*. v. 18, n. 02, p. 100-122, jul./dez.-2020.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa; LEITE, Milene Maciel Carlos; SILVA, Ariana da Rosa. O golpe de 1964 na ordem do dia: memória e silenciamento no processo discursivo de legitimação da violência de estado. *Revista Entreletras*. v. 12, n. 1, jan./abr. 2021.

MITTMANN, Solange. Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos. *Conexão Letras*, v. 9, n. 11, 2014.

MITTMANN, Solange. O arquivo como gatilho de movimentos de interpretação em torno da palavra “luta”. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P. / LAGAZZI S. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Editora Pontes, 3ª Edição, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 12ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. *Organon*, v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995.

PALACÍN, Luís Gomez. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás, O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* / organizadores Françoise Gadet; Tony Hak; tradução Bethania S. Mariani [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1969].

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) [et al.]. *Gestos de Leitura*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1982].

PÊCHEUX, Michel. Mesa-redonda: discurso história-língua. In: CONEIN, Bernard [et al.]. (Orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016[1981].

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a[1983].

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al] Tradução e introdução: NUNES, J. H. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015b[1983].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* / Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

SILVA, Raylinn Barros da. Os missionários católicos orionitas e a educação como instrumento de catolicização do antigo extremo norte goiano nas décadas de 1950 e 60. *Revista de História da UEG - Morrinhos*, v.9, n.1, e-912019, jan./jun., 2020.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. *Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

Recebido em: 10 de maio de 2021.

Aceito em: 25 de maio de 2021.